

## CADERNOS DE HISTÓRIA: A EXTENSÃO, A PESQUISA E O ENSINO EM REVISTA

Gilberto César de Noronha<sup>i</sup>

Jaqueline Peixoto Vieira da Silva<sup>ii</sup>

Rosemary Ribeiro<sup>iii</sup>

**Resumo:** Este texto analisa a trajetória da revista acadêmica *Cadernos de História*, vinculada ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia que circulou entre 1990 e 2007. A interrupção do periódico por falta de apoio financeiro e institucional sugere que a história da revista *Cadernos de História* seja representativa das dificuldades atuais dos cursos de formação de professores no Brasil. Sua história reúne indícios materiais dos distanciamentos entre os interesses da Universidade e as questões inerentes à escola básica. Sua extinção parece sintomática das prioridades atuais da universidade pública brasileira, voltada cada vez mais para a pesquisa acadêmica, através dos seus programas de pós-graduação, e distantes do escopo original da revista: o ensino, a pesquisa e a extensão dirigida à formação de professores para/na educação básica.

**Palavras-chave:** Pesquisa; Ensino; Periódicos.

**Resumen:** En este trabajo se analiza la trayectoria de *Cadernos de História*, una revista académica vinculada al Instituto de Historia de la Universidad Federal de Uberlândia que circuló entre 1990 y 2007. Reanuda peleas para su creación y mantenimiento a través del trabajo colaborativo entre la Universidad y la Educación Básica em la formación de los profesores de historia. La interrupción de la revista debido a la falta de apoyo financiero e institucional sugiere que la historia de la "*Revista Cadernos de História*" es representativa de las dificultades actuales de los cursos de formación de profesores en Brasil. Su historia reúne testimonios materiales de las distancias entre los intereses de la Universidad y las necesidades de la educación básica y su extinción parece sintomático de las prioridades actuales de la universidad pública brasileña, que se volvió cada vez más a la investigación académica a través de sus programas de posgrado y lejos del alcance original de la revista: docencia, investigación y extensión dirigida a capacitar a los maestros y para la educación básica.

**Palabras-clave:** Investigación; Educación; Publicaciones periódicas.

[...] *Cadernos de História* está acolhendo em suas páginas textos de todos aqueles que, preocupados com o ensino de História, estejam dispostos a *socializar suas experiências, resultado de pesquisa ou vivência empírica*. Se essas experiências, uma vez tornadas públicas, puderem de alguma *forma ser aproveitadas por professores e alunos de História no primeiro e segundo graus*, acreditamos que os esforços para tornar real essa publicação já estariam compensados. Entretanto, mais do que isso, é necessário que compreendamos que *Cadernos de História* passa a ser também um estímulo efetivo à produção de conhecimento, um exercício concreto de desmistificação do saber como "coisa dos outros", um convite para adentrar

o cenário àqueles que antes se contentavam com a posição de espectadores. (ALMEIDA, 1990, p.6)

A política educacional influencia, (...) os próprios rumos assumidos pela revista. Dada a carência de investimentos em projetos de pesquisa e extensão na universidade federal, a revista passou a ser auto-financiada. Isto é, deixou de haver uma verba específica na UFU, destinada à edição dos Cadernos de História que, para continuar sendo produzida, tem que ser vendida, e a um preço nem sempre razoável. (ALMEIDA, 1997/1998)

Em caráter de informe levando em consideração a falta de um coordenador do *Caderno de História* o Conselho Editorial do Caderno de Pesquisa do CDHIS avaliou que a solução para este problema seria a extinção do periódico, uma vez que as questões de ensino seriam incorporadas no Caderno de Pesquisa do CDHIS. (ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO INSTITUTO DE HISTÓRIA, 2008. p. 4.)

A Revista *Cadernos de História* foi criada em 1989 pelo Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História (LEAH) do Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Seu primeiro número veio a público no primeiro semestre de 1990, sendo editada até o seu volume 15, no ano de 2007, quando já era produzida no Setor de Publicações do CDHIS (Centro de Documentação e Pesquisa em História)<sup>iv</sup>, sob a coordenação editorial compartilhada entre o LEAH e a Escola de Educação Básica da UFU (ESEBA/UFU)<sup>v</sup>. A revista tinha como público alvo “professores e alunos de História no primeiro e segundo graus” (ALMEIDA, 1990, p.6) (hoje, ensino fundamental e médio), além de professores(as) do ensino superior, pesquisadores(as), graduandos em História e áreas afins.

Tratava-se de um periódico com recorte temático voltado para o Ensino de História, Política Educacional e História da Educação que circulou anualmente<sup>vi</sup> por 18 anos sem, no entanto, resistir à maioria. Seu último número foi lançado em maio de 2007 e em 18 de maio de 2008, depois de intensas discussões sobre sua (in)viabilidade, em reunião do Conselho do Instituto de História, a coordenadora do periódico anunciava, “em caráter de informe”, portanto, sem possibilidade de reversão da decisão já tomada, que “a *solução* para (...) [o] problema seria a extinção do periódico” (ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO INSTITUTO DE HISTÓRIA, 2008. p. 4.). A frase lacônica soou quase como uma sentença de morte, se já não fosse um epitáfio. Mas por que a revista teria encontrado seu fim? Informados de que a extinção do periódico foi a solução “drástica” para resolver o problema, resta-nos ainda questionar: afinal qual era o problema? Quais as circunstâncias levaram à extinção do periódico? Relacionavam-

se ao âmbito da administração da Revista ou à conjuntura mais ampla da política educacional brasileira?

Considerando-se a avaliação dos próprios editores da revista, em outros momentos de dificuldade de manutenção do periódico sabemos que “a política educacional influencia, (...) os próprios rumos assumidos pela revista”, e “a carência de investimentos” (...) destinada à edição dos *Cadernos de História*” (ALMEIDA, 1997/1998, p. 7) já era sentida no final dos anos 1990, poderíamos concluir que esta seria a razão principal para o seu ocaso nos anos 2000. Entretanto, vale lembrar que, nesta mesma época, o Instituto de História possuía e manteve outras quatro publicações acadêmicas, com enfoques diferentes (*ArtCultura, Caderno Espaço Feminino, Caderno de Pesquisa CDHIS, História & Perspectivas*)<sup>vii</sup> que, sujeitas às mesmas condições amplas de produção enfrentadas pelos *Cadernos de História* não tiveram, entretanto o mesmo destino da única publicação do instituto voltada para “manter viva a discussão sobre a prática educativa, especialmente quando se refere ao ensino de História” (ALMEIDA, 1997/1998, p. 7).

O que teria levado ao fechamento da revista *Cadernos de História*? Por que ela foi incorporada a uma outra revista cujo escopo era a pesquisa e não o ensino? Seriam apenas dificuldades conjunturais ou haveria nesta decisão de encerrar o periódico uma relação mais estreita com os rumos que os temas do ensino de história vinham adquirindo na política mais ampla da educação brasileira?

Em termos práticos, nosso objetivo é interrogar o passado (recente) para compreender as circunstâncias (os espaços de experiência e os horizontes de expectativas) (KOSELLECK, 2006) em que fazia sentido, nos anos 2007/2008, admitir que “as questões de *ensino*” poderiam ser “incorporadas no Caderno de *Pesquisa* do CDHIS” (ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO INSTITUTO DE HISTÓRIA, 2008, p. 4). Esta outra publicação do instituto de história, ligada ao Centro de Documentação em História, tinha como objetivo “veicular resultados parciais de investigações desenvolvidas por pesquisadores das áreas das ciências sociais, além de experiências em Preservação da Memória, Técnicas de Arquivamento e Restauro de Documentos, História Local, Fontes Históricas”<sup>viii</sup>. Portanto, seu escopo era voltado para pesquisas e não para o ensino de História. Por que o contrário (incorporar o Caderno de *Pesquisa* aos *Cadernos de História* que tratavam das questões de *Ensino* não foi cogitado naquele momento? Estaria

esta decisão relacionada às escolhas institucionais de valorização da *pesquisa* em detrimento do *ensino*, como os próprios termos destacados parecem sugerir?

Em tempos de novas propostas de reformulação das Diretrizes curriculares das Licenciaturas, de demandas por reformas na educação básica, tais questões têm sido sensíveis à realidade atual do Instituto de História. Em 2014, ao completar 50 anos de formação de professores e historiadores têm sido (re)colocadas em pauta muitas das questões sobre o ensino de história que ocupavam as páginas dos *Cadernos de História*: como a distância entre a universidade e a escola básica, a dicotomia ensino/pesquisa, o (des)interesse pela pesquisa sobre o ensino de História, os critérios de seleção e organização de conteúdos, os desafios da formação do professor e do bacharel, a “baixa valorização social do magistério” (CAVALCANTI, 2015, p. 8) e “as fronteiras disciplinares” (CERRI, 2004/2005, p.7).

Tais questões remontam às motivações do grupo de professores que, nos anos 1990, se propuseram a criar e manter por 18 anos os *Cadernos de História*: um periódico que pretendia congregar professores-pesquisadores “preocupados com o ensino de História” e “dispostos a *socializar suas experiências, resultado de pesquisa ou vivência empírica*” (ALMEIDA, 1990, p. 6). Parece-nos momento propício para *revis(it)ar* a própria trajetória da Revista *Cadernos de História*.

### **No início era o verbo... *questionar* a (re)produção no ensino de história**

*Cadernos de História* nasceu *do/para* o diálogo entre pesquisadores e professores de História em um momento de revisão sobre a prática de ensino em História no Brasil e do questionamento veemente da distância hierarquizada entre aqueles que pesquisavam e os que, ensinavam história. Foi criada para atender aos anseios dos professores de História da cidade de Uberlândia e região em consonância com os estudos e pesquisas nacionais e internacionais e logo “conquistou o seu espaço junto ao público, especialmente professores, pesquisadores e estudantes de história” (CADERNOS DE HISTÓRIA, 1994, p. 3.).

Em dezembro de 1988, durante um dos *Encontros de Professores de História*<sup>ix</sup>, organizados pelo Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História, os professores da educação básica apresentaram suas dificuldades no desenvolvimento de aulas de qualidade nos níveis fundamental e médio.

Argumentavam sobre “os baixos salários dos professores, o número excessivo de aulas e de alunos, o despreparo profissional e a falta de tempo e de recursos para um melhor aprimoramento” (ALMEIDA, 1990, P. 5) e denunciavam a precariedade dos espaços físicos escolares. Problemas que ainda identificamos nos dias atuais (LINHARES, 2013).

Diante disso, alguns professores da Universidade Federal de Uberlândia em parceria com os professores da rede pública de ensino, decidiram desenvolver o projeto de produção da revista *Cadernos de História*, conforme explicava o Prof. Dr. Antônio de Almeida, membro do conselho editorial, na apresentação do primeiro número da revista:

Plantado no interior dessa problemática (...) Um passo significativo estava dado, entretanto não era tudo. Entendendo que a eficácia de uma publicação como essa requer o comprometimento dos diversos setores ligados ao ensino de História de primeiro e segundo graus, várias reuniões foram realizadas envolvendo de um lado a universidade (representada pelo Departamento de Ciências Sociais, através do Laboratório de Ensino; pela Escola de Educação Básica, através dos professores de História e pela DIRPS) e, de outro, os professores de história da rede estadual de Minas Gerais e a 26ª Delegacia Regional de Ensino de Uberlândia. (ALMEIDA, 1990, p. 5 e 6)

*Cadernos de História* surgiu e se desenvolveu a partir de uma aproximação entre os profissionais da educação básica e a Universidade, notadamente, através de seu laboratório de ensino e aprendizagem. Tinha e manteve como princípio norteador ser instrumento de diálogo entre os professores “que atuam nos vários níveis de ensino” (FRANCO, 2004/2005. p. 05). Propunha aliar os estudos e pesquisas acadêmicas às práticas cotidianas em sala de aula nas escolas da cidade e região, como intervenção que ecoava as discussões que se faziam no fim dos anos 1980 entre o papel do professor e do pesquisador e das propostas de “revisão urgente” do ensino de História (SILVA, 1984); (CABRINI, 1986); (FONSECA, 1993). Suas páginas ecoavam a reivindicação de que os profissionais da História deveriam ser formados para atuar como pesquisadores e professores: conscientes do seu trabalho, capazes de utilizar diversos materiais didáticos e fontes históricas, que fossem produtores e não meros reprodutores do conhecimento e que levassem os estudantes ao reconhecimento de si como sujeitos históricos rompendo com a História tradicional factual e de grandes heróis. Era necessária a compreensão e

vivência de que todos e todas somos sujeitos da História e a construímos cotidianamente.

Para esse objetivo um dos grandes dilemas parecia ser a falta de materiais didáticos adequados, os livros didáticos existentes não eram produzidos e organizados nesta perspectiva. A maioria dos livros existentes apresentava a história em fatos, datas e grandes heróis, distantes demais da realidade de alunos e professores. Para romper com este ensino “tradicional”, os professores deveriam construir novos materiais didáticos pautados nas realidades vivenciadas por eles e pelos estudantes. Demandavam-se mais autonomia no planejamento-ação para o ensino/aprendizagem dinâmico e participativo (VASCONCELLOS, 2002).

Esse profissional não poderia ser superficial, era necessário uma formação ampliada e consciente que aliasse teoria e prática. Era preciso entender que onde havia experiência humana, havia também história. E todos os vestígios humanos são fontes históricas. Assim, o professor de história poderia trabalhar em aula com todos os elementos que elegeisse para atender a um objetivo: promover o conhecimento e desenvolvimento humano através do ensino da História.

Num tempo de questionamento sobre a formação de professores pelos cursos de Estudos Sociais e da precariedade das políticas de distribuição dos livros didáticos<sup>x</sup>, a proposta da revista era ser esse espaço de trocas de experiências; um espaço de diálogo e não somente um veículo de informação. Sua produção era concebida como “um exercício concreto de desmistificação do saber como ‘coisa dos outros’, um convite para adentrar o cenário àqueles que antes se contentavam com a posição de espectadores” (ALMEIDA, 1990, p. 6).

Desde sua proposta editorial inicial, os autores que publicavam na revista não se vinculavam apenas aos espaços da academia: eram professores de História da rede pública municipal e estadual, professores da Escola de Educação Básica da UFU (ESEBA), professores da Universidade Federal de Uberlândia, estudantes de graduação e pós-graduação em História/UFU e de outras universidades federais que “publicavam suas experiências” objetivando que fossem “aproveitadas por professores e alunos de História no primeiro e segundo graus” (ALMEIDA, 1990, p. 5). Suas páginas eram um espaço aberto às diferentes contribuições. Em 1992, por exemplo, Silma Nunes do Carmo, professora da educação básica, compartilhava suas experiências de formação nas páginas dos *Cadernos de História* sua “Proposta

de programa e metodologia de trabalho para o ensino de História na oitava série do 1º grau”, registrando e compartilhando os resultados de seu trabalho que

(...) iniciou-se em 1987, na E. E. Uberlândia e teve sequência na Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia a partir de 1988. A proposta resultante desse trabalho vem sendo aplicada e reformulada a cada ano letivo. A versão aqui apresentada refere-se aos resultados das experiências realizadas até o ano letivo de 1991. (NUNES, 1992, p.27)

Neste artigo, a professora apresenta uma proposta de trabalho de ensino e aprendizagem para a oitava série do 1º grau, atual nono ano do ensino fundamental. Ela põe em evidência o professor/pesquisador; mostra a importância do estudo e pesquisa para a preparação da atividade de aula, assim como, a importância da formação acadêmica adequada do professor/historiador. A autora valoriza a epistemologia da História para o ensino da História, trabalhando com fontes históricas com a preocupação de promover o ensino reflexivo e participativo dos estudantes. Sua proposta de trabalho evocava práticas tradicionais nas salas de aula como a leitura de textos, fichamento, interpretação e produção de dissertação, mas busca inovar quanto à escolha consciente dos textos que o professor deveria pesquisar antes de oferecê-los aos estudantes, não se prendendo somente ao livro didático e promovendo reflexões e debates coletivos em aula para o alcance dos objetivos de ensino.

A revista recebia artigos diversos que problematizassem o ensino de História. Ao longo dos anos, a publicação conseguiu manter seus princípios e os objetivos<sup>xi</sup>, apesar de sua trajetória não ter sido linear, enfrentando diversas dificuldades, no âmbito interno e relacionadas a aspectos mais amplos da história da educação no Brasil e da história do ensino de história.

*Cadernos de História* nasceu em um momento de reformulação curricular do curso de História da UFU: depois da criação da Licenciatura em História que, nos anos 1980, tinha substituído a formação em Estudos Sociais imposta pela Ditadura Militar. A nova reforma apontava para “uma tendência de mudança recorrente, nos anos 1980 e 1990, a separação entre bacharelado e licenciatura, o enfoque e o investimento na formação do pesquisador em nível de graduação e pós-graduação *stricto sensu*” (MESQUITA, 2006, p. 337), com clara tendência de separação entre a formação para o ensino e a pesquisa que reforçava a instituição da universidade,

“como local de produção do saber” (MESQUITA, 2006, p. 337) e a escola básica como o de espaço de reprodução/transmissão.

No primeiro semestre de 1991, concluindo um processo de reflexões e debates que envolveu o corpo docente e discente a partir de 1987, sob a coordenação do Colegiado de Curso, entrou em vigor uma reformulação geral do currículo, tendo sido criado o Bacharelado em História, com opção para Licenciatura. Com esta reformulação, a partir do primeiro semestre de 1991 os discentes passaram a ingressar no Curso de História – modalidade Bacharelado e, após conclusão desta modalidade, puderam também concluir a Licenciatura, cursando as disciplinas de caráter pedagógico específicas desta modalidade. Naquela reformulação, optou-se por um curso de regime semestral, ministrado no período noturno, com um currículo organizado em torno de três eixos temáticos – Movimentos Sociais, Cultura e Sociedade, Cidade e Poder – que corresponderam, em geral, às linhas de pesquisa dos professores do então Departamento de Ciências Sociais. Ressalte-se também que em 1991 a monografia foi instituída como requisito obrigatório para a conclusão do Bacharelado, o que consolidou *a pesquisa como parte integrante e indissociável do ensino* (grifo nosso) (INSTITUTO DE HISTÓRIA, 2006, p.3)

No início dos anos 1990, o que estava em jogo no próprio âmbito das pesquisas sobre a formação de professores, era a experiência de “parceria da universidade com o sistema de educação básica” que abria “caminhos novos de pesquisa, de revisão de concepções sobre processos de formação e de profissionalização docente” (BRZEZINSKI; GARRIDO, 2001. p. 95).

Nesse currículo de 1991 do Curso de Graduação em História da UFU, foi valorizado o bacharelado, a formação do historiador, as metodologias teóricas e práticas da História e a produção da pesquisa para a elaboração da monografia, tudo aquilo que parecia faltar no Curso de Estudos Sociais e no primeiro projeto pedagógico do curso de História que oferecia apenas a licenciatura. A ideia era que a pesquisa deveria ser parte integrante e indissociável da formação inicial do professor de história, cuja formação básica deveria ser de um historiador (bacharelado como percurso obrigatório e licenciatura como opção), mas o que verificamos foi, infelizmente, um distanciamento entre a pesquisa e ensino por motivos diversos.

Professores e estudantes da universidade começaram a se dedicar principalmente às pesquisas acadêmicas, mesmo aqueles que problematizavam o ensino de história, distanciando-se das escolas de educação básica, alegando a falta de reconhecimento e valorização social da profissão docente por parte da sociedade: alegavam que os estudantes não reconheciam esse trabalho; que os



órgãos políticos também não reconheciam e não ofereciam as condições adequadas para o desenvolvimento das ações propostas em suas pesquisas; que as atividades escolares permaneciam tradicionais quanto ao uso do material didático e organização; que muitos professores e gestores eram favoráveis a continuidade da organização tradicional e não se dispunham às mudanças. Sendo assim, muitas pesquisas eram apresentadas apenas em congressos científicos e publicadas em revistas especializadas. Acreditava-se que esses eram os locais do reconhecimento e as escolas públicas municipais e estaduais de educação básica foram sendo deixadas com poucas oportunidades de formação continuada de qualidade.

Não raro, ouviam-se os comentários sobre a qualidade das escolas particulares, que conseguiam oferecer algum diferencial, enquanto nas escolas públicas faltava praticamente tudo, da estrutura material à qualificação profissional. Muitos estudantes da educação básica que não conseguiam os resultados positivos nos diversos componentes curriculares eram reprovados, ficando com o estigma do fracasso escolar. Dizia-se que a escola oferecia a oportunidade do ensino, mas que muitos estudantes não conseguiam aprender favoravelmente, sendo reprovados várias vezes até desistirem de continuar na escola. (MAINARDES, 2007)

Os problemas políticos estruturais no sistema escolar de educação básica foram se agravando ao longo da década de 1990 e chegou aos dias atuais ainda sem soluções (BALL; MAINARDES, 2011). Temos mais ofertas de vagas nas escolas, maior número de estudantes matriculados atualmente no Brasil, entretanto a exclusão permanece. Trata-se da exclusão daqueles que estão dentro do sistema, pois o objetivo principal da escola é oferecer ensino e aprendizagem de qualidade para a emancipação social, mas isso parece não estar em voga (TEODORO, 2011). Por outro lado, a formação de professores de história, numa universidade cada vez mais propícia à pesquisa, distante desta realidade da escola básica e das questões pedagógicas que envolvem a formação do historiador, parecia caminhar para a fragmentação de seus “processos formativos acadêmicos. Daí a célebre frase, muito ouvida por professores formadores da área pedagógica, dita por alunos e até mesmo por docentes: ‘para ser bom professor de História basta saber História!’” (MESQUITA, 2006. p. 338.). Temas caros aos princípios norteadores dos *Cadernos de História*, em cujas páginas ficaram registradas as apostas na formação do professor pelo viés da pesquisa.

## Reformas curriculares e formação de professores: a pesquisa como panaceia

“Não nos é pouco comum ouvirmos de professores do ensino médio e fundamental e alunos de graduação, que os cursos de história não os preparam para ser professores e sim para serem pesquisadores. Eu pergunto a todos: acaso existem dois ofícios? (...) Porque dizemos que não estamos preparados para lecionar? Acaso não aprendemos a identificar e delimitar temas? Levantar problemas? Selecionar bibliografia? Dialogar com a produção historiográfica? Selecionar, produzir e dialogar com fontes? E a partir disso produzir reflexão histórica? Não exercitamos isto durante todo o curso e mais especialmente quando da produção das monografias e dos estágios supervisionados? Como dizer então que não fomos preparados? Isto só faz sentido se adotarmos posturas que dissociam o ensino da pesquisa e aí não há porque demandarmos historiador para reproduzir conhecimento; qualquer um que saiba ler e escreve é capaz de “dar aulas de história”. (SILVA, 2001, p. 13)

A reformulação curricular do curso de graduação em História/UFU, em 1991, não desconheceu os desafios mais amplos do ensino de história na educação básica, enfrentando-os ao seu modo: promovendo o aprendizado em pesquisa, formando professores para o exercício da História, sem, entretanto aliar bacharelado e licenciatura. Os dois currículos eram desenvolvidos separadamente: os diplomas eram separados, as reflexões, as práticas de ensino e aprendizagem também.

Ao analisar a produção de trabalhos monográficos entre 1991 (quando a monografia de final de curso passa a ser uma exigência na formação do bacharel-licenciado) até os dias atuais, é possível perceber pesquisas consistentes no enfrentamento do debate teórico-metodológico na formação do historiador. Exercitar a pesquisa pareceu ser uma estratégia de formação de professores mais reflexivos. A aposta, desde o início dos anos 1990, parece ter sido o fortalecimento da capacidade de pesquisar requerida ao/pelo professor de história. Mas teria esse caminho de formação levado às mudanças esperadas no ensino público, nas escolas de educação básica?

Neste período, a revista *Cadernos de História* foi instrumento importante para o debate sobre as práticas docentes e sua existência é sintomática dos desafios da formação do professor-pesquisador. Ao longo da sua história houve o enfrentamento pela valorização da docência nos níveis fundamental e médio, já que os professores das escolas públicas eram socialmente desvalorizados. Frequentemente eram vistos com sentimento de piedade por exercerem uma profissão mal remunerada, por sofrerem desrespeito e até violência, por estarem inseridos em um ambiente escolar

muitas vezes repressor e obsoleto, por não conseguirem desenvolver conhecimentos significativos e apenas reproduzir informações. Assim, muitos estudantes da graduação em História e até mesmo professores formadores, não raro, se viram valorizando mais a pesquisa e a docência em nível superior, retornando à suposta hierarquia dos saberes outrora combatida.

Muitos estudantes acreditavam que poderiam realizar trabalhos em melhores condições estruturais e de salário, mas para exercê-lo seria necessário o empenho para a realização do mestrado e doutorado. Então, enquanto a atividade docente nos níveis fundamental e médio era socialmente desvalorizada, no nível superior era desejada e buscada com afinco; noutros termos: no início dos anos 1990, havia a defesa de que a melhoria do ensino de história e a valorização do professor da educação básica passava pelo reconhecimento de sua capacidade de ser pesquisador. Na prática, houve o reconhecimento (ou a acomodação) do fato de que o professor precisa ser pesquisador e que as condições mais adequadas para se realizar pesquisa – requerida aos professores de todos os níveis, existiam apenas na universidade. Enfim, a dissociação entre ensino e pesquisa e a relação dicotômica teoria-prática são expulsas dos currículos dos anos 1990 pela porta da frente e retornam pela porta dos fundos.

Durante a consolidação do currículo do curso de história de 1991, em que as apostas eram na formação de um professor pesquisador, em prejuízo à reflexão pedagógica, o LEAH continuou apoiando a publicação da revista *Cadernos de História*. Organizava também os *Encontros de Professores de História*, que eram eventos com apresentação de palestras, seminários, oficinas e comunicações com o objetivo de dialogar, interagir e propor ações docentes no ensino da História. Em 1993, o LEAH passou a fazer parte do Departamento de História que, em 1999, por sua vez, passou a organizar-se como Instituto de História.

Na década de 1990, o LEAH, e a revista *Caderno de História* que ele mantinha, foi fundamental para resistir à dicotomia pesquisa/prática docente e para manter viva a discussão sobre a formação de professores e o ensino de história, enquanto as ações de formação inicial dos professores e bacharéis tendiam à valorização da pesquisa. Entretanto, manter o laboratório em perfeito funcionamento foi desafiador à medida em que avançavam as políticas educacionais colocadas em prática no período: além da sua face neoconservadora, com as intenções do Estado

de controlar “o poder de dizer, definir o “perfil” do formado, avaliando os resultados dessa formação”, a sua face neoliberal, evidenciada pela “desobrigação do Estado com o financiamento das Universidades, [já constituídos como os] centros de produção de saber e formação”, o sucateamento percebido de várias formas, como a não contratação de professores e funcionários de carreira, via concurso público, para substituir aqueles que se aposentavam, tornando difíceis até mesmo “as mudanças necessárias, (...) demandadas pelo Estado” (MESQUITA, 2006. p. 338.).

Houve momentos em que não havia profissionais disponíveis para o trabalho no LEAH, que, portanto, ficava fechado; noutros, não havia espaço físico adequado para receber os professores e pesquisadores. Até chegar ao ponto das salas onde funcionava o laboratório, tornarem-se um depósito e o Laboratório de Ensino foi transferido para as dependências do Centro de Documentação e Pesquisa do Instituto (CDHIS), funcionamento precariamente, subordinado aos espaços da pesquisa, antes de sua desativação completa. Expressão material da dificuldade de executar os objetivos do Projeto Pedagógico que pretendia valorizar a formação de professores-pesquisadores, numa conjuntura de “reformulações curriculares, que acabaram culminando com os PCNs” (SILVA, 2011, p. 11).

As referências para a construção de uma licenciatura de qualidade foram se dissolvendo enquanto o bacharelado se fortalecia no curso de graduação em História. Os estudantes aprendiam a realizar pesquisa e os professores universitários estavam cada vez mais envolvidos com o debate nacional e internacional sobre a produção historiográfica, à medida que investiam em sua própria formação continuada, numa situação bem peculiar da UFU, que não encontrava congêneres entre outras Federais. (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009)

Conforme apareciam nas discussões do Conselho do Departamento de História, de 1996, “o LEAH tem funcionado quando há apoio externo [e que há] a falta de interesse dos órgãos superiores [da Universidade] pelo” (DÂNGELO, 1996, p. 2) laboratório de ensino, apesar de na mesma época ter havido um esforço expressivo para a formação continuada dos professores do instituto que saíam para doutorado e pós-doutorado. Conforme indicam as próprias discussões do Conselho, a saída de professores para qualificação não advinha de uma política do instituto para a valorização da formação de professores formadores de professores, mas de uma confluência maior de investimento na pesquisa em detrimento das atividades de

ensino (assim, colocadas de forma dicotômica) que acompanhava uma tendência nacional.

Em reunião do dia 27 de junho de 1996, os membros do colegiado e do Conselho do Departamento de História (Dhis) visualizavam problemas com a saída de professores e um dos representantes discentes era incisivo: “não há um projeto de Mestrado, a pesquisa tem uma demanda restrita e somente a graduação é concreta” (GOMES, 1996, p. 2). Nesta época, a pesquisa era feita apenas em Monografia I e II, já quando estava em curso o currículo do bacharelado. Isto sugere que o movimento de reformulação do curso e sua implantação fossem indícios e instrumentos da expectativa de investimento na pesquisa e da profissionalização dos docentes formadores como pesquisadores. Este investimento, no entanto, não estava vinculado a uma preocupação direta com a formação inicial de professores e apenas indiretamente poderiam levar à produção de conhecimento sobre o ensino de história.

E se a Universidade tendia a se distanciar das questões imediatas da educação básica, por seu turno, nas escolas de nível fundamental e médio os professores de História, mesmos os egressos da Universidade, não raro, se encontravam sozinhos. Não havia, na cidade, um órgão fortalecido de aproximação entre a pesquisa em História e a prática docente nos anos escolares da educação básica. Aconteciam algumas formações descontínuas para os professores que ansiavam por “formação continuada” e apoio pedagógico: alguns eventos e encontros de professores, palestras e seminários. No chão da escola, cada professor tinha que estabelecer o seu planejamento, os seus objetivos, a sua prática de acordo com a realidade vivenciada. Faltava apoio, informação e orientação, e ainda assim, alguns professores realizavam o melhor que podiam: pesquisavam, consultavam livros e revistas, compravam materiais didáticos, criavam metodologias. Havia também aqueles professores acomodados, debruçados em práticas repetidas e no uso exclusivo do livro didático escolar<sup>xii</sup>. E as pesquisas realizadas durante a formação inicial (Monografia) não apontavam um crescimento do interesse pelas temáticas da educação básica e do ensino de história.

Em 1999, foi criado o curso de mestrado em História / UFU, que atraiu os estudantes que estavam terminando a graduação; e também aos egressos do curso que já eram professores na rede pública e/ou privada, de Uberlândia e de outras

regiões do país. Foi uma nova alavancada para as pesquisas; um novo e importante passo para o curso de História, agora estabelecido como Instituto de História. Nesta época, vivia-se o auge das ações “do Estado mínimo brasileiro em relação às políticas educacionais, impulsionado por dispositivos da LDB/1996 e sua implementação, que por sua vez passaram a instigar novas pesquisas, pela expansão dos cursos de mestrado e doutorado” (BRZEZINSKI; GARRIDO, 2001. p.7-8).

Os professores universitários federais passaram a ser estimulados e cobrados a realizarem pesquisa e os órgãos de fomento passavam a ditar suas regras, na proporção em que as condições de trabalho pioravam. As pesquisas acadêmicas foram se tornando cada vez mais especializadas e os periódicos onde eram publicadas também, culminando em classificações de qualidade feitas através das próprias agências de financiamento, visando aos padrões de divulgação internacional. No campo da História faltava aliar, de forma efetiva, as pesquisas ao ensino na educação básica, embora, em outros programas de pós-graduação as pesquisas sobre a formação de professores tivessem se ampliado significativamente.

Nessa conjuntura de valorização da pesquisa acadêmica (que não se furtava a estudar a vida de professores e a realidade escolar) em detrimento da formação de professores (pesquisadores), *Cadernos de História*, passou a sofrer restrições financeiras. Em 1998, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima Ramos de Almeida, pertencente ao conselho editorial da revista, desde a sua fundação, enunciava este movimento na apresentação da edição de número 7:

[Na apresentação do n. 7 dos Cadernos de História] Começo anunciando o caráter vitorioso desse empreendimento, considerando as dificuldades porque tem passado a universidade pública brasileira. Acentua-se ainda mais esse caráter vitorioso, se atentarmos para a fidelidade aos propósitos iniciais – linha de reflexão e periodicidade – bem como para a repercussão da revista junto ao público leitor a que se destina. (...) O conjunto de professores (da Universidade e fora dela), técnicos-administrativo historiador, ex-aluno e alunos atuais do curso de História vinculados ao LEAH, têm desenvolvido um trabalho persistente – ainda que não aparente – no sentido de manter viva a discussão sobre a prática educativa, especialmente quando se refere ao ensino de História. Esta reflexão faz-se necessária tendo em vista uma série de circunstâncias e fatos novos que interferem no ensino da História e que perpassam a revista, número a número, desde que foi criada, em 1990. *Mantê-la, portanto, implica oportunizar o debate atualizado sobre os temas relativos ao conhecimento e ao ensino da História e sobre o percurso da política educacional vigente no país.* [A partir deste número] a revista passou a ser auto-financiada. Isto é, deixou de haver uma verba específica na UFU, destinada à edição dos

Cadernos de História que, para continuar sendo produzida, tem que ser vendida, e a um preço nem sempre razoável. (ALMEIDA, 1997/1998, p. 7)

A política educacional vigente no país, desde o início dos anos 1990, encaminhava o trabalho da universidade para o pragmatismo que já apertava os professores-pesquisadores “profissionais” do Instituto de História da UFU para “suprirem o financiamento das atividades prioritárias da universidade” (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009, p. 207). Nos termos da professora Maria de Fátima Ramos de Almeida, exigia “buscar autofinanciamento”, num alto grau de exigência de produtividade centralizada nas demandas da pós-graduação, desconsiderando as questões específicas da graduação e sua interlocução com os professores da escola básica como “atividade central na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como se a aula fosse uma atividade desvalorizada (...) privilegiando a pesquisa” (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009, p. 204).

Em 2006, o curso de História dá novo impulso à pesquisa com a criação do doutorado, atraindo estudantes de várias localidades do Brasil<sup>xiii</sup>. É o período de amadurecimento do curso de pós-graduação, numa tendência que se mantém até os dias atuais, com um quadro docente altamente capacitado em pesquisa na área da História e com relevantes serviços prestados na formação de pesquisadores. Entretanto, parece ter sido também o golpe de misericórdia nas propostas de indissociabilidade entre ensino e pesquisa no âmbito da formação de professores, cujo último suspiro pode ter sido a tentativa de fundi-los à força, na terceira reforma curricular dos Cursos de Graduação, em 2006<sup>xiv</sup>.

Invertendo a lógica do currículo de 1991, quando a entrada era pelo bacharelado e a licenciatura um complemento (modelo 3 + 1), neste novo currículo a licenciatura passa a ser o destino compulsório para todos que entravam no curso de Graduação em História. Afinal, o curso não oferece a opção entre ser bacharel ou licenciado e todos os egressos saem com dupla habilitação. Enquanto consolidava-se este investimento nas disciplinas pedagógicas e a vinculação compulsória entre ensino e pesquisa (para não dizer, negação da dicotomia pelo seu escamoteamento), a conjuntura universitária reformada pela centralidade da pós-graduação indicava claramente que o futuro promissor parecia residir na pesquisa e não nas “questões do ensino”.

Não parece ter sido por acaso que, durante este período os núcleos de pesquisa fundados desde 1994 também se consolidaram. Atualmente são sete núcleos de pesquisa no Instituto de História (NEGUEM – Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher; NEHAC – Núcleo de Estudos em História Social da Arte e da Cultura; NEHFEN – Núcleo de Estudos em Historiografia, Ficção e Ensino; NEPHISPO – Núcleo de Estudos e Pesquisa em História Política; NUPEHCIT – Núcleo de Pesquisas e Estudos – História, Cidade e Trabalho; POPULIS – Núcleo de Pesquisa em Cultura Popular, Imagem e Som; DOCPOP – Laboratório de Pesquisa em Cultura Popular e Vídeo Documentário), demonstrando a pujança do trabalho de pesquisa atual da universidade representando a diversidade temática em que se constituiu a pesquisa histórica nos últimos vinte anos.

Também não parece ser por acaso que estes núcleos não tenham como ênfase o interesse nas questões ligadas ao ensino de história. A exceção, que confirma a regra, é o NEHFEN - Núcleo de Estudos em Historiografia, Ficção e *Ensino*, que faz referência direta aos interesses da pesquisa pelo ensino<sup>xv</sup>, possivelmente uma das razões para que suas atividades tenham sido “congeladas” nos últimos 5 anos:

Também não seria obra do acaso o fato de que, enquanto os núcleos de pesquisa se consolidavam, o laboratório de ensino e as publicações ligadas a ele, passavam por sérias dificuldades, sobretudo aquelas relacionadas ao trabalho conjunto com a educação básica, dos quais o LEAH e a revista *Cadernos de História* são consideráveis fomentadores.

Este foi o caminho seguido, cuja direção parece ter se distanciado das discussões teórico-metodológicas e políticas para a formação de professores-pesquisadores, em voga no final dos anos 1980 e 1990, quando surgiu a Revista *Cadernos de História*. A revista teve a sua última edição em 2007. Manter esse projeto por 18 anos foi dura luta dos colaboradores e professores de todos os níveis de ensino envolvidos, mas diante daquela conjuntura não é difícil compreender porque sucumbiram.

Nos processos de avaliação implementados pelas agências de fomento ligadas à pesquisas e pós-graduação, as contribuições dos *Cadernos de Pesquisa* não foram valorizadas (qualificada) e sem apoio institucional (dentro e fora da



Universidade) sua circulação entre os leitores também foi se tornando cada vez mais restrita. Quando a revista era vendida na livraria EDUFU poucos professores a adquiriram. Tanto foi assim, que muitos exemplares, posteriormente, foram doados. Ainda encontramos exemplares da revista em pontos de *doação*, no campus Santa Mônica: na biblioteca e no CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História / UFU. *Doação*, um termo forte para uma revista que desde 1998 dependia dos seus próprios recursos pela venda avulsa para se manter.

Entretanto, as dificuldades de manutenção da revista não era apenas uma questão de corte de verbas a projetos não vinculados à pesquisa na pós-graduação, como de resto ocorria em todas as universidades brasileiras, mas também a dificuldade relacionava-se à própria vocação da revista que já não parecia adequada aos novos padrões de qualidade implantados pelas agências de fomento. Manter uma revista que se pautava por pressupostos e princípios da qualidade da educação básica e estava comprometida na busca efetiva de soluções para a realidade imediata, sem se preocupar ou mesmo combater o academicismo parecia inadequado em tempos de políticas claramente voltadas para a valorização da quantidade de produtos, a busca de padrões de qualidade internacionais exigidos nas avaliações e distribuição de recursos feitas pelas agências de fomento e suas políticas regulação da pós-graduação (Capes e CNPq).

Estas escolhas institucionais tornaram muito difícil a formação e consolidação nas universidades do país de “grupos de pesquisa fora do âmbito dos programas de pós-graduação” (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009, p. 142). Desde os anos 1990 até os dias atuais, a pesquisa, o ensino e a extensão no curso de graduação em História / UFU vêm desafiando o princípio da indissociabilidade, constituindo ainda um grande desafio para o futuro, como ficou claro nas discussões ocorridas durante o *II Encontro de Pesquisadores Mineiros: Pesquisa e Reflexão na Educação Básica*.<sup>xvi</sup> O discurso competente, parece prescindir e mesmo se contrapor (ainda uma vez?) à cultura escolar, negando o saber fazer do professor da educação básica. Cadernos de história saiu de circulação e o laboratório de ensino foi desativado. Caminhamos para o fim.

**Conclusão: recomeçar?**

Em 2010, o LEAH foi reaberto, com a iniciativa da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mara Regina do Nascimento, que conseguiu através de projetos de pesquisa e extensão os recursos necessários para a compra de material: móveis, filmadoras, máquinas fotográficas, computadores, televisão, projetor; e ainda, bolsas para manter estagiários trabalhando no laboratório em atendimento ao público e atividades de pesquisa e extensão. Essa estrutura material e humana foi organizada com o objetivo de desenvolver ações de pesquisa e o ensino em História.

Neste horizonte, novos pontos de luz que indicam a retomada das discussões sobre as relações (in)tensas entre o ensino a pesquisa, a universidade e a escola básica poderiam ser evocados, como alguns dos projetos apoiados pelo LEAH em 2014. Projetos de extensão<sup>xvii</sup>, organização de eventos<sup>xviii</sup>, atividades relacionados a estágios supervisionados da graduação em História, apoiou os trabalhos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência - PIBID / 2014 – Subprojeto História e atividades com estudantes da educação básica como o projeto VEM PRA HISTÓRIA, que consiste em apresentar a Universidade e o curso de História aos estudantes do nível fundamental e médio das escolas públicas, onde os graduandos realizam estágio. Novas possibilidades para a graduação em História /UFU e para o desenvolvimento das práticas de ensino e aprendizagem em História na educação de nível fundamental e médio.

Outras iniciativas mais amplas também animam a pensar a retomada das questões do ensino de história, caras ao projeto inicial dos *Cadernos de História*: o PIBID, programa do MEC, movimentou as instituições federais e estaduais de ensino superior, além de institutos federais de educação, ciência e tecnologia com cursos de licenciatura. Nesse programa os estudantes bolsistas, orientados por seus professores, elaboram projetos e ações de trabalho nas escolas públicas de educação básica, aliando a pesquisa e o ensino. É uma forma de retomar o interesse dos cursos de formação de professores pelas escolas de educação básica na tentativa de alavancar a qualidade da Educação no país. Já é possível verificar vários projetos desenvolvidos e outros em andamento em todas as áreas do conhecimento.

Além disso, durante o ano de 2014, foram recolocadas em pauta as discussões sobre a elaboração de uma nova proposta que parece indicar um novo movimento na compreensão da formação de professores no âmbito do Instituto de

História / UFU. Está em curso outra reforma no currículo da graduação, que tem levado a reflexão sobre a sua trajetória, seus avanços e necessidades, levando em consideração as transformações da universidade brasileira, a precarização do trabalho docente e, sobretudo, o lugar que a pesquisa e a extensão devem ocupar no curso de graduação do Instituto de História, que se propõe a formar professores conscientes de seu papel crítico na sociedade e de historiadores capazes de reconhecer a dimensão formadora do discurso historiográfico, para e sobre o ensino de história.

As avaliações dos cursos das instituições de ensino público e privado são realizadas em todo o Brasil. E os índices crescentes da não aprendizagem e da evasão escolar chamam a atenção para as intervenções do MEC. Essas intervenções nem sempre são aceitas e ocorrem em clima de disputas políticas, conflitos e imposições. As mudanças nas diversas áreas da Educação são necessárias e promovem um movimento entre diversos sujeitos e interesses que nessas condições requer participação democrática. Se não agirmos na participação efetiva corremos o risco de ter as decisões estabelecidas hierarquicamente (ARENDETT, 2005).

É possível (re)estabelecer o elo entre o pesquisador, o professor e suas práticas? Tudo o que se pesquisa pode ser ensinado nas escolas de educação básica? A escola básica (não) deve ser objeto, campo e espaço de prática de pesquisa e reflexão?

A nossa resposta para essas perguntas é: sim! Neste sentido, será necessário retomar as discussões sobre a relação do professor que deve ser também um pesquisador. As escolas de educação básica também devem ser lugares onde se desenvolve pesquisa e não somente um lugar de transmissão de conhecimento, muitas vezes sem significado para os estudantes, também não podem ser apenas objeto de pesquisa. A interação entre as universidades, as escolas de educação básica e a sociedade é essencial, pelo foco na ação educativa.

Ensinar História é ensinar sobre o ser humano e suas ações no tempo; é falar de nós, do que somos e do que já fomos; é partir do presente e viajar para o passado e por diversos lugares; é nos sentir primeiro e depois sentir o outro; reconhecer-se pelo outro (tempo e espaço); é tarefa de educador mediador e conhecedor da História - interdisciplinar com os vários conhecimentos, pois não

somos compartimentados. Ao contrário, somos inteiros e intensos: cheio de razão e sentimentos que comportam ciências, filosofia, cálculo, imaginação e criação. Ser professor de História é descortinar o mundo – o que pressupõe atitude investigativa. Para os menos utópicos isso é tarefa impossível nos dias atuais. Para quem ainda acredita no ser humano isso é tarefa perfeitamente possível e inadiável. Necessário se faz acionar os mecanismos políticos e sociais, além dos artifícios da Educação. O ser humano completo aciona todos os mecanismos em torno de si para se estabelecer. Já o ser humano fragmentado se perde, fica confuso, não vislumbra mudanças, contenta-se ou se acha vencido pelas exigências burocráticas, pela rotina do trabalho, pela busca irrefletida pelos índices de avaliação em todos os níveis, do IDEB ao ENADE e sempre vigilante ao QUALIS.

A Educação fragmentada: que estabelece os sujeitos em lugares específicos, os componentes curriculares separados (não pela sua especificidade, mas pela sua incomunicabilidade), o tocar do horário para cada atividade, a ordem das carteiras, o silêncio, a cópia da informação, a avaliação classificatória – essa não contribui para a formação do ser humano pleno. Seria então, o momento oportuno para a (re)valorização conjunta da pesquisa e do ensino em História? De reavaliar a importância da história na pesquisa e no ensino?

Diferentemente do que pensavam os membros do Conselho Editorial dos *Cadernos de História*, em 2008, a extinção do periódico não resolveu “o problema”, uma vez que a situação problemática não parece estar apenas na manutenção de um periódico preocupado com as “questões do ensino”, mas nas próprias questões que ela levantava – e que hoje parece voltam a ser enunciadas com urgência ao vislumbrarmos mudanças expressivas no horizonte que têm levado à rediscussão da importância da formação inicial e continuada de professores de história como estratégia fundamental para romper o distanciamento entre a Universidade e a escola básica e nos remetem aos princípios norteadores dos *Cadernos de Pesquisa*.

Tais princípios renovados não necessariamente sugerem a retomada do projeto editorial da revista. Convida-nos, entretanto, a (re)ler as suas páginas em busca daquele espírito questionador das hierarquizações entre os diversos níveis de ensino, das dicotomias, dos desafios da formação de professores em busca da melhoria da educação brasileira, *des-naturalizando* os processos de produção do conhecimento nos diversos níveis, pelas políticas educacionais instaladas nos

últimos trinta anos, em nome da produtividade e do pragmatismo que tem se apresentado como modelo inescapável de produção do conhecimento negando o próprio sujeito que conhece, a inibir a reflexão e colocando em xeque os processos de subjetivação.

Neste sentido, não seria este o momento oportuno para retomar a escrita dos *Cadernos de História*?



Figura 1: Capas dos 15 números publicados da Revista *Cadernos de História* (1990-2007)  
Fonte: Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS).

## FONTES

ALMEIDA, Antônio de. "Apresentação". In: *Cadernos de História*. v. 1, n. 1, 1990.

ALMEIDA, Maria de Fátima Ramos. "Apresentação". In: *Cadernos de História*. v. 7, n. 7, 1997/1998.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO INSTITUTO DE HISTÓRIA.  
Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 18 de maio de 2008.

- CADERNOS DE HISTÓRIA. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História v. 1-15, 1990-2007. ISSN 0103-6300.
- CADERNOS DE HISTÓRIA. Foco e Escopo. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História, Escola de Educação Básica. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/cadernoshistoria/about/editorialPolicies#focusAndScope>>. Acesso em: 04 abr. 2015.
- CAVALCANTI, Marco. “Licenciaturas atraem cada vez menos” In: *Jornal da UFU*. Uberlândia. Dirco, maio 2015, n. 161. p. 8.
- CERRI, Luís Fernando. “Ensino de História: Fronteiras, interdisciplinares, avanços e problemas”. In: *Cadernos de História*. v. 1. n. 12/13, 2004/2005. p. 07-22.
- DÂNGELO, Newton. *Ata do Conselho do DEHIS*, Uberlândia, 13 e junho de 1996.
- FRANCO, Alexia Pádua. “Apresentação”. *Cadernos de História*. Uberlândia: UFU, v. 1. n. 12/13, 2004/2005.
- GOMES, Agnaldo Rodrigues. *Ata do Conselho do DEHIS*, Uberlândia, 27 de junho de 1996.
- NUNES, Silma do Carmo. “Proposta de programa e metodologia de trabalho para o ensino de História na oitava série do 1º grau”. In: *Cadernos de História*, v. 3, n. 3, p. 27-38, jan./dez. 1992.
- INSTITUTO DE HISTÓRIA. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em História da Universidade Federal De Uberlândia / UFU. Disponível em: <<http://www.inhis.ufu.br/sites/inhis.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/PROJETO%20PEDAG%3%93GICO%20DO%20CURSO%20DE%20GRADUA%3%87%3%83O%20EM%20HIST%3%93RIA%20DA%20UFU.p>> Acesso em: 22/12/2014
- SILVA JÚNIOR, Renato Jales. *Inventário do Acervo do Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História*. Uberlândia: CDHIS-UFU, 2003.
- SILVA, Luzia Marcia Rezende. “Apresentação”. In: *Cadernos de História*. Uberlândia: UFU, n. 9. v. 1. mar.2000/mar 2001.

## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. *Políticas Educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. 1993. Tese de Doutorado em História Social, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e saber escolar: 1810-1910*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BRZEZINSKI, I.; GARRIDO, E. "Análise dos trabalhos do GT Formação de Professores: o que revelam as pesquisas do período 1992-1988". In: *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.18, p. 82-100, set./dez. 2001.
- CABRINI, Conceição et al. *O ensino de História: revisão urgente*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CAVALCANTI, Marco. "Licenciaturas atraem cada vez menos". In: *Jornal da UFU*. Uberlândia. Dirco, maio 2015, n. 161.
- DEMO, Pedro. *Educar pela pesquisa*. São Paulo: Autores Associados, 1996.
- FONSECA, Selva Guimarães. (Org.). *Ensinar e Aprender História: Formação, Saberes e Práticas Educativas*. Campinas-SP: Editora Alínea, 2009.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História ensinada*. Campinas: Papirus, 1993.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e Prática de ensino de História: Experiências, Reflexões e Aprendizados*. Campinas: Papirus, 2003.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.
- LIBÂNIO, José Carlos. "Pedagogia e Pedagogos: inquietações e buscas" In: *Educar*, Curitiba, n. 17, p. 153 – 176. 2011. Editora da UFPR.
- LINHARES, Izaudir Diniz. *O ensino médio em Uberlândia: o perfil do professor e da sala de aula de História*. 2013. 98 f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

- MAINARDES, Jefferson. *Reinterpretando os ciclos de aprendizagem*. São Paulo: Cortez, 2007.
- MESQUITA, Ilka Miglio de; FONSECA, Selva Guimarães. "Formação de professores de História: experiências, olhares e possibilidades" In: *História Unisinos*. São Leopoldo: Unisinos, v. 10, n. 3 - setembro/dezembro de 2006.
- MUNAKATA, Kazumi. "O livro didático: alguns temas de pesquisa". In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas-SP, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, set./dez. 2012.
- NÓVOA, António. "Concepções e práticas de formação contínua de professores". In.: *Formação Contínua de Professores: Realidades e Perspectivas*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991, pp. 15-38.
- NÓVOA, António. "Os professores: em busca de uma autonomia perdida?" In.: *Ciências da Educação em Portugal: Situação actual e perspectivas*. Porto: SPCE, 1991, pp. 521-531.
- PIMENTA, S.G.; ANASTASIOU, L. das G.C. *Docência no Ensino Superior*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SAVIANI, Dermeval. *A Questão Pedagógica na Formação de Professores*. Florianópolis: Endipe, 1996.
- SGUISSARDI, Waldemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã, 2009.
- SILVA, Marcos A. (org.). *Repensando a História*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- TEODORO, António. *A educação em tempos de globalização neoliberal: os novos modos de regulação das políticas educacionais*. Brasília: Liber Livros, 2011.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico*. 10. ed. São Paulo: Libertad, 2002.

## NOTAS

---

<sup>i</sup> Doutor em História Social. Professor no Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (Inhis-UFU).

<sup>ii</sup> Graduada em História, Mestranda em História Social e Graduada em Pedagogia, pela Universidade Federal de Uberlândia / UFU.

<sup>iii</sup> Graduada em História pela Universidade Federal de Uberlândia (Inhis/UFU).

<sup>iv</sup> Que à época funcionava precariamente com apenas um funcionário vinculado ao Centro de Documentação.



v Conforme a descrição do foco e escopo da versão online da revista CADERNOS DE HISTÓRIA. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/cadernoshistoria/about/editorialPolicies#focusAndScope>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

vi Com exceção dos números 6 e 7, editados entre 1996 e 1998 que não respeitaram a periodicidade, bem como os números 12 e 13 lançados num mesmo volume.

vii Para acessar os links das páginas eletrônicas das revistas, consultar:

Disponível em: <<http://www.inhis.ufu.br/>> Acesso em: 02/06/2015

viii “A Revista Cadernos de Pesquisa do CDHIS se constituiu em 1989 como um Boletim Informativo (com 3 páginas) e, desde 2000, como um Caderno de Pesquisa do Programa da Pós-Graduação em História da UFU (com aproximadamente 50 páginas). (...) Em 2004 o periódico passou por novas transformações, tendo em vista transformar-se uma revista acadêmica. As modificações adotadas incluem a ampliação da abrangência temática, a criação de novas sessões, tais como um dossiê temático, sessão especial de trabalhos relativos a Arquivos, Memória e Documento e sessão de resenhas. Quanto aos aspectos técnicos, decidiu-se ampliar o número de trabalhos a serem publicados, o tamanho dos artigos, a diagramação, a capa; ampliar o Conselho Consultivo e Editorial, incorporando colaboradores de diversas instituições do país que tratam da preservação do patrimônio cultural; constituir um corpo de pareceristas *ad hoc* especialistas das diversas áreas do conhecimento social, que compõem o quadro profissional da UFU e de outras instituições de nível superior.” CADERNOS DE PESQUISA DO CDHIS. Políticas editoriais.

Disponível em <[Shttp://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/about/editorialPolicies#focusAndScope](http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/about/editorialPolicies#focusAndScope)> Acesso em 10 de jun. 2015.

ix Tais encontros eram organizados periodicamente pelo Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História (LEAH) em associação com a secretaria municipal educação de Uberlândia e do Minas Gerais. O CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia, possui um inventário da documentação do LEAH – Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História, que reúne documentos de 1980 até 2002. Verificamos documentos que mencionam os *Encontros Periódicos de Professores do 1º e 2º Graus*; os *Encontros de Professores de História*; e os *Encontros Nacionais dos Professores de História*.

x “Em 1993, quando Circe Bittencourt (1993) defendeu a sua tese sobre livro didático, os trabalhos acadêmicos brasileiros sobre o tema, publicados nos anos 1970 e 1980, não passavam de quase 50 títulos. Destes, uma parcela significativa destinava-se a condenar a ideologia (burguesa) subjacente aos livros utilizados na escola. Daquela época em diante, porém, o número das pesquisas sobre essa modalidade de material escolar não tem parado de crescer”. (MUNAKATA, 2012, p. 181). Ver também: (BITTENCOURT, 1993; BITTENCOURT, 2008).

xi É possível conhecer os artigos publicados na revista, em seu volume 15, de 2007, que ainda estão disponíveis na internet. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/cadernoshistoria/issue/view/58/showToc>> Acesso em: 01 de jun 2015.

xii Sobre a prática docente em Uberlândia e região, pude verificar e vivenciar como Professora da rede pública de ensino e Analista Educacional da Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia, diversas experiências praticadas por vários professores e professoras (Jaqueline Peixoto).

xiii Esta expansão da pós-graduação e sua centralidade na reforma da universidade nos últimos vinte anos no Brasil, com especial atenção à UFU, são abordadas sistematicamente em: (SGUISSARDI, 2009).

xiv Esta nova formulação curricular ocorreu mediante as novas orientações do Ministério da Educação - MEC, acrescentando componentes curriculares ao núcleo de formação pedagógica. Alguns professores fizeram críticas severas a esta reformulação, alegando que o acréscimo dos componentes pedagógicos não seria importante para a formação do professor de história. Exigiam a liberdade para definirem novos componentes de conteúdo específico e os conflitos entre a formação pedagógica versus a formação teórica foram iminentes.

<sup>xv</sup> O NEHFEN, Núcleo de Estudos em Historiografia, Ficção e Ensino, foi criado em 2009 de modo a configurar um lugar de convergência das pesquisas de professores do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia - sempre considerando sua interação com outros núcleos, outras instituições e outros espaços que desenvolva ou possam desenvolver práticas historiográficas - as quais articulam debates acerca das narrativas e conceitos, atrelados tanto à pesquisa quanto ao ensino de graduação em História. Este núcleo está atrelado ao Grupo de Pesquisa "Historiografia e Ficção: diálogos entre teorias e práticas", cadastrado no Diretório CNPq e certificado pela instituição.

<sup>xvi</sup> Evento que reuniu professores envolvidos em pesquisas segundo o edital 13/2012 - CAPES/FAPEMIG, nos dias 09 e 10 de abril de 2015, na Universidade Federal de Uberlândia.

<sup>xvii</sup> Por exemplo, o projeto PROEXT / 2014-2015 – Subprojeto INHIS / IARTE *Nas Mãos, o Berimbau: Cultura, História e Arte como prática da liberdade*. Os objetivos desse trabalho foram os de promover, por meio de oficinas artísticas e culturais, o empoderamento de crianças e adolescentes da comunidade de Cruzeiro dos Peixotos, zona rural de Uberlândia, incentivando a valorização da cultura afro-brasileira como parte integrante do patrimônio histórico e material brasileiro. Foram desenvolvidos minicursos de história, cujos temas centrais eram a história da capoeira, da infância negra e da cultura afro-brasileira, os fundamentos e os conceitos necessários para a compreensão das relações etnicorraciais no Brasil, com o intuito de dar relevo às manifestações culturais como instrumentos de conhecimento, resistência e de luta pela cidadania dos diversos sujeitos sociais no país.

<sup>xviii</sup> O LEAH também apoiou a organização para a comemoração dos *50 ANOS DO CURSO DE HISTÓRIA*, que contou com a apresentação de mesas redondas e exposição no CDHIS, realizada em 2014. Organizou a palestra: *Congada: práticas da cultura e objeto da pesquisa historiográfica*, ministrada pelo doutorando em História, Jeremias Brasileiro. Oferecida ao público universitário da graduação e pós-graduação.

Received on June 20, 2015.

Accept on July 18, 2015.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.